



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Câmara Municipal de Porto Velho, órgão primário do legislativo municipal, têm seu funcionamento pautado no atendimento às questões do cidadão residente em Porto Velho; desta forma, é natural que dentre suas atividades encontre-se o atendimento ao público, que especialmente comparece durante as sessões parlamentares. Visando a qualidade na recepção a esse público, faz-se a necessidade do oferecimento de sucos, chás, bolachas, café, dentre outros, afinal, é importante dar à cidadania não somente transparência e participação nos atos políticos, mas também é salutar dar a sensação de acolhimento no ambiente.

REQUISITOS LEGAIS

As seguintes normas versam a respeito da qualidade de armazenamento e produção dos materiais de consumo elencados:

Instrução Normativa (IN) MAPA¹¹ n.º 47/2018 – Regulamento técnico do açúcar;

¹ Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

IN MAPA n.º 49/2018 – Padrões de identidade e qualidade de suco e polpa de fruta;

Portaria SDA² n.º 570/2022 do MAPA – Padrão oficial de classificação do café torrado;

RDC³ Anvisa⁴ n.º 716/2022 – dispõe sobre os requisitos sanitários de café, cevada, chás, entre outros;

Lei n.º 10.831/2003 e Decreto n.º 6.323/2007, que dispõe e regulamenta a agricultura orgânica;

Instrução Normativa Conjunta MAPA/Anvisa n.º 01/2017 – critérios para o reconhecimento de limites máximos de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais *in natura*, como o café, entre os Estados partes do MERCOSUL, regulamentada pelas Portarias n.º 326/1997, 368/97, 1.428/93, RDC Anvisa 275/2002 e IN MAPA n.º 23/2020;

Manual operacional rotulagem ambiental tipo I (selo verde) – versa sobre os critérios diversos para selo reconhecedor de boas práticas ambientais relativos ao plantio cafeeiro;

RDC n.º 727/2022 da Anvisa – Dispõe sobre os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares;

RDC Anvisa n.º 487/2021 e IN Anvisa n.º 88/2021 – que dispõe e estabelece os limites máximos tolerados (LMT) de contaminantes em alimentos;

RDC Anvisa n.º 623/2022 – dispõe sobre os limites para matérias estranhas em alimentos, os

² Secretaria de defesa agropecuária

³ Resolução de diretoria colegiada

⁴ Agência nacional de vigilância sanitária

**PODER LEGISLATIVO****Câmara Municipal de Porto Velho****Gerência Administrativa – GAD**

princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade;

RDC Anvisa n.º 487/2021 – dispõe sobre os LMT de contaminantes em alimentos;

Resolução Anvisa n.º 818/2023 – requisitos sanitários dos adoçantes de mesa e dos adoçantes dietéticos;

RDC Anvisa 723/2022 – requisitos sanitários do cacau em pó;

ABNT NBR 14.865 – copos plásticos descartáveis;

ABNT NBR 13.230 – Embalagens e acondicionamento plásticos recicláveis – Identificação e simbologia;

RDC Anvisa 331/2019 – Dispõe sobre os padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação;

IN Anvisa 60/2019 – Estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos

Portaria MAPA n° 146, de 07 de março de 1996 – Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos Produtos Lácteos;

Resolução DIPOA⁵ n°2, de 19 de novembro de 2002 – Aprovar a presente Resolução, que estabelece critérios para o uso da indicação “Longa Vida” na rotulagem de produtos lácteos submetidos a tratamento térmico pelo processo U.H.T.

IN SDA n° 69, de 13 de dezembro de 2006 – Índice de CMP;

⁵ Departamento de inspeção de produtos de origem animal - MAPA



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

Decreto nº9.013, de 29 de março de 2017—Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;

IN MAPA nº76, de 26 de novembro de 2018 – Regulamentos Técnicos que fixam a identidade e as características de qualidade que devem apresentar o leite cru refrigerado, o leite pasteurizado e o leite pasteurizado tipo A;

Instruções Normativas MAPA nº55 e 58, que alteram a IN MAPA n.º 76;

Portaria MAPA nº370, de 04 de setembro de 1997 – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Leite U.H.T (U.A.T).

RDC Anvisa n.º 359/2020 – Referências de rotulagem nutricional

REQUISITOS DE FORNECIMENTO

O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação;

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas, sanitárias, ambientais e de qualidade aplicáveis aos objetos e divulgadas pelos órgãos oficiais competentes – em especial, instruções normativas, resoluções de diretoria colegiada e demais normas da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária, ABNT – Associação Internacional de Normas Técnicas, e outros.

Para o fornecimento dos materiais, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental,



PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Porto Velho

Gerência Administrativa – GAD

contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto n.º 7.746, de 05 /06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

LEVANTAMENTO DE MERCADO

É importante iniciar com o ressaltado de que os itens deste ETP possuem natureza comum, desta forma as opções de mercado diferenciadas são escassas. Fora analisada uma amostra de ETP's contendo itens semelhantes aos deste, nenhuma novidade foi encontrada no que tange à soluções e/ou metodologias.

Comentários sobre as diferentes soluções existentes no mercado e que podem atender à necessidade levantada:

Solução 1 – Entrega integral dos itens

Esta solução não convém à administração, por diversos motivos, a elencar:

- A maioria dos itens possui natureza perecível, fazendo com que o armazenamento dos mesmos por longos períodos seja contraindicado.



PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Porto Velho

Gerência Administrativa – GAD

- Mesmo que o primeiro item, que já é suficiente para o descarte da solução, não bastasse, o galpão desta Casa de Leis não possui espaço físico vacante para o volume total dos itens

Solução 2 – Entrega parcial conforme solicitações

- Permite uma maior segurança quanto ao estado dos alimentos, uma vez que serão recebidos em período próximo ao seu consumo;
- Demanda controle dos quantitativos já consumidos e ainda a consumir, logo será exigida atenção do DCPA e outros agentes responsáveis pela administração da contratação;
- Preservará o pouco espaço físico do galpão da CMPV livre para utilização com outros bens não-perecíveis, que não demandam condições de armazenamento mais restritas.

Desta forma, recomenda-se a adoção da entrega parcial em conformidade com solicitações realizadas pela administração, liquidando o quantitativo contratado no decorrer do tempo.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os itens serão entregues no Almoxarifado desta Casa de Leis, onde serão armazenados e utilizados em período breve para atendimento de pessoal que atende as dependências da entidade; a entrega será feita em acordo com os quantitativos solicitados formalmente pelo órgão.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Este ETP se baseia nas quantidades enumeradas pela Divisão de Controle Patrimonial e Almoxarifado (DCPA) no DFD (Documento de Formalização de Demanda) n.º 10/2025/DCPA/GAD/DAF/CMPV o qual possui maior conhecimento das necessidades desta Câmara, do consumo médio e anual, para realização de estimativa adequada.



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Açúcar cristal branco puro e natural, embalados em pacotes de 02 kg (dois quilos), contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	500
02	Café em pó torrado e moído, empacotado a vácuo, pacote de 500 g com selo de pureza ABIC, Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 11 meses a partir da data da entrega	PCT	600
3	Achocolatado em pó, instantâneo, contendo os seguintes ingredientes básicos: açúcar, cacau em pó, soro de leite, aroma natural de chocolate, sem corantes artificiais, sem glúten. Pacote com 400 g, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 11 meses a partir da data da entrega.	PCT	100



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

04	<p>Copo descartável 50ML confeccionado com resina termoplástica branca ou translúcida. Os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externa. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade e higiene do produto até o seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Deverão atender as condições da NBR 14.865 e NBR 13.230 as ABNT. Apresentação: Os copos devem ser dispostos em embalagens (mangas) de 100 unidades, de modo a facilitar o manuseio e contagem. Acondicionamento: Pacote</p>	CX	60
----	---	----	----



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

05	Copo descartável para água de 180 ml, Aplicação: Servir bebidas quentes ou frias para consumo imediato. - Descrição: Fabricação em material biodegradável atóxico de primeira qualidade e sem uso. Os copos devem ser homogêneos, não parafinados, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas. Não devem apresentar sujidade, interna ou externamente. Durante a utilização devem suportar as condições de uso a que se destinam, como temperatura e umidade, sem apresentar vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, bem como estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 14865/2002 vigentes sobre o produto. Capacidade Volumétrica: 180 - Apresentação: Os copos devem ser dispostos em embalagens (mangas) de 100 unidades, de modo a facilitar o manuseio e contagem. Acondicionamento: Pacote	CX	100
06	Biscoito salgado, tipo " <i>cream cracker</i> ", embalado em saco plástico, pacote de 400gr. (3x1). Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	100
07	Biscoito doce – tipo maisena. Embalado em saco plástico, pacote com 400 g. (3x1). Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega	PCT	100
08	Leite UHT integral ultrapasteurizado, em embalagem asséptica que garanta todas as qualidades nutritivas e naturais do leite, em embalagem com 01 litro. Com validade não inferior a 04 meses da data da entrega	LT	180



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

09	Polpa de fruta natural, sabor graviola, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou Ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) quilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
10	Polpa de fruta natural, sabor goiaba, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) quilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
11	Polpa de fruta natural, sabor maracujá, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) quilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega	PCT	100
12	Polpa de fruta natural, sabor cupuaçu, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) quilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega	PCT	100



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

13	Polpa de fruta natural, sabor caju, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) quilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega	PCT	100
14	Polpa de fruta natural, sabor cajá, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) quilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega	PCT	100
15	Polpa de fruta natural, sabor acerola, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) quilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100

ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Através de pesquisa no portal PNCP, foram analisadas as mais recentes, dentre as atas registros de preços, RP's são notoriamente comuns em procedimentos licitatórios envolvendo elementos perecíveis ou com validade de curto prazo; se buscou manter a pesquisa limitada ao âmbito do estado de Rondônia, UF na qual se localiza este poder legislativo; sem sucesso (nem todas as atas possuíam os itens solicitados no DFD), portanto a busca fora realizada no âmbito nacional.

**PODER LEGISLATIVO**

Câmara Municipal de Porto Velho

Gerência Administrativa – GAD

Foram pesquisados 5 variedades de cada item. Esta quantidade fora escolhida pelo motivo de 5 ser um numeral adequado para a produção de média e mediana.

- Durante a pesquisa das atas notou-se, no que tange à aquisição de açúcar, as dimensões de pacotes mais comuns para aquisição são os de 1 kg ou de 5 kg, o que tornou a pesquisa de preços para pacotes de 2 kg moroso e laborioso em demasia. O mesmo pode-se dizer dos pacotes de bolacha cream cracker e maisena de 400g; Devido à fatores que não são de relevância para a produção deste estudo, o peso líquido mais comum no mercado local é de 350g.
- Durante a pesquisa das atas só foi encontrado um item de achocolatado, e mesmo assim não possuía as mesmas características de peso líquido à da DFD, logo se optou por utilizar o resultado “(valor total/peso líquido ata)*peso líquido no DFD” para equivalência de estimativa. Deixa-se registrado, contudo, que se encontrara uma quantidade razoavelmente maior de cacau em pó, no lugar de achocolatado. Achocolatado trata-se de derivado de cacau, o que significa que as quantidades de açúcar adicionado e outros elementos são superiores, enquanto a de cacau é menor. O mesmo pode-se admitir através de inferência na leitura da RDC Anvisa nº 723/2022. Não é da alçada desta equipe técnica versar sobre quais devam ser as características qualitativas e quantitativas dos itens alimentícios, contudo deixa aqui registrada a informação para análises futuras;
- Operação matemática semelhante fora usada para embalagens de copos plásticos contendo mais unidades do que as especificadas no DFD, para estimativa de valor – (valor/qnt. copos ata)*qnt. copos DFD;
- Para realizar uma composição mais completa de estimativa de preço, a equipe técnica realizou pesquisa nos mercados com sites que disponibilizam compras pela Internet, que constam nas capturas de tela anexadas a este ETP



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

- Recomenda-se que nas próximas aquisições, sejam utilizadas requisições de itens cuja existência no mercado seja mais abundante – exceto, claro, que o item, mesmo não sendo tão comum, seja o mais adequado para as necessidades do órgão.

Item	CATMAT	Valor uni- tário	UND/CX/ETC	Valor total pre- visto
Açúcar cristal 2kg	353155	R\$ 9,90	500	R\$ 4.950,00
		R\$ 8,49		R\$ 4.245,00
		R\$ 8,42		R\$ 4.210,00
		R\$ 8,15		R\$ 4.075,00
				R\$ -
Mediana		R\$ 8,46		R\$ 4.227,50
Média		R\$ 8,74		R\$ 4.370,00
Café 500g	463581	R\$ 32,00	600	R\$ 19.200,00
		R\$ 29,90		R\$ 17.940,00
		R\$ 41,90		R\$ 25.140,00
		R\$ 36,00		R\$ 21.600,00
		R\$ 40,00		R\$ 24.000,00
Mediana		R\$ 36,00		R\$ 21.600,00



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

Média			R\$ 35,96		R\$ 21.576,00
Achocolatado em pó 400g	463549	R\$ 16,17	100	R\$ 1.617,00	
		R\$ 11,20		R\$ 1.120,00	
		R\$ 9,64		R\$ 964,00	
		R\$ 8,61		R\$ 861,00	
		R\$ 4,37		R\$ 437,00	
Mediana			R\$ 9,64	R\$ 964,00	
Média			R\$ 10,00	R\$ 999,80	
Copo descartável 50 mL	419714	R\$ 175,90	60	R\$ 10.554,00	
		R\$ 139,00		R\$ 8.340,00	
		R\$ 130,28		R\$ 7.816,80	
		R\$ 116,00		R\$ 6.960,00	
		R\$ 114,34		R\$ 6.860,40	
Mediana			R\$ 130,28	R\$ 7.816,80	
Média			R\$ 135,10	R\$ 8.106,24	
Copo descartável 180 mL	326145	R\$ 104,34	100	R\$ 10.434,00	
		R\$ 119,28		R\$ 11.928,00	
		R\$ 118,42		R\$ 11.842,00	



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

		R\$ 98,37		R\$ 9.837,00
		R\$ 109,16		R\$ 10.916,00
Mediana		R\$ 109,16		R\$ 10.916,00
Média		R\$ 109,91		R\$ 10.991,40
Biscoito cream cracker 400g	406235	R\$ 8,06	100	R\$ 806,00
		R\$ 7,93		R\$ 793,00
		R\$ 7,17		R\$ 717,00
		R\$ 6,65		R\$ 665,00
		R\$ 6,10		R\$ 610,00
Mediana		R\$ 7,17		R\$ 717,00
Média		R\$ 7,18		R\$ 718,20
Biscoito maisena 400g	605938	R\$ 10,03	100	R\$ 1.003,00
		R\$ 7,77		R\$ 777,00
		R\$ 6,98		R\$ 698,00
		R\$ 6,39		R\$ 639,00
		R\$ 6,21		R\$ 621,00
Mediana		R\$ 6,98		R\$ 698,00
Média		R\$ 7,48		R\$ 747,60



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

Leite UHT 1 L	446005	R\$ 8,58	180	R\$ 1.544,40
		R\$ 8,50		R\$ 1.530,00
		R\$ 6,98		R\$ 1.256,40
		R\$ 6,50		R\$ 1.170,00
		R\$ 6,14		R\$ 1.105,20
Mediana		R\$ 6,98		R\$ 1.256,40
Média		R\$ 7,34		R\$ 1.321,20
Polpa de fruta 1 Kg Graviola	464491	R\$ 28,41	100	R\$ 2.841,00
		R\$ 11,98		R\$ 1.198,00
		R\$ 10,61		R\$ 1.061,00
		R\$ 33,34		R\$ 3.334,00
		R\$ 16,95		R\$ 1.695,00
Mediana		R\$ 16,95		R\$ 1.695,00
Média		R\$ 20,26		R\$ 2.025,80
Polpa de fruta 1 Kg Goiaba vermelha	464514	R\$ 4,97	100	R\$ 497,00
		R\$ 7,94		R\$ 794,00
		R\$ 12,00		R\$ 1.200,00
		R\$ 13,17		R\$ 1.317,00



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

		R\$ 16,00		R\$ 1.600,00
Mediana		R\$ 12,00		R\$ 1.200,00
Média		R\$ 10,82		R\$ 1.081,60
Polpa de fruta 1 Kg maracujá	464474	R\$ 28,33	100	R\$ 2.833,00
		R\$ 35,89		R\$ 3.589,00
		R\$ 27,14		R\$ 2.714,00
		R\$ 37,82		R\$ 3.782,00
		R\$ 15,23		R\$ 1.523,00
Mediana		R\$ 28,33		R\$ 2.833,00
Média		R\$ 28,88		R\$ 2.888,20
Polpa de fruta 1 Kg cupuaçu	464488	R\$ 31,00	100	R\$ 3.100,00
		R\$ 11,98		R\$ 1.198,00
		R\$ 13,69		R\$ 1.369,00
		R\$ 16,19		R\$ 1.619,00
		R\$ 16,93		R\$ 1.693,00
Mediana		R\$ 16,19		R\$ 1.619,00
Média		R\$ 17,96		R\$ 1.795,80
Polpa de fruta 1 Kg caju	464511	R\$ 5,54	100	R\$ 554,00



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

		R\$ 22,88		R\$ 2.288,00
		R\$ 7,94		R\$ 794,00
		R\$ 20,00		R\$ 2.000,00
		R\$ 11,98		R\$ 1.198,00
Mediana		R\$ 11,98		R\$ 1.198,00
Média		R\$ 13,67		R\$ 1.366,80
Polpa de fruta 1 Kg cajá	464485	R\$ 15,95	100	R\$ 1.595,00
		R\$ 11,98		R\$ 1.198,00
		R\$ 8,08		R\$ 808,00
		R\$ 9,85		R\$ 985,00
		R\$ 18,16		R\$ 1.816,00
Mediana		R\$ 11,98		R\$ 1.198,00
Média		R\$ 12,80		R\$ 1.280,40
Polpa de fruta 1 Kg acerola	464484	R\$ 25,99	100	R\$ 2.599,00
		R\$ 26,55		R\$ 2.655,00
		R\$ 9,75		R\$ 975,00
		R\$ 12,00		R\$ 1.200,00
		R\$ 14,50		R\$ 1.450,00



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

<i>Mediana</i>	R\$ 14,50		R\$ 1.450,00
<i>Média</i>	R\$ 17,76		R\$ 1.775,80
Total (mediana)		59.388,70	
Total (média)		61.044,84	

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Há dois tipos de itens com características bastante diferentes neste ETP, um deles sendo material de consumo não-perecível, industrializado, e outros, materiais de consumo do gênero alimentício, de fato. Somente por este fato já se possibilita o parcelamento da solução. Junte-se a isso o fato de que muitas fornecedoras contam com distribuição exclusiva ou majoritária de um tipo de alimento (a exemplo, polpas de frutas) - o que tornam totalmente justificável o parcelamento da solução.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Para a solução apresentada, não há contratações que guardam relação, afinidade, dependência com o objeto da compra ou contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

ALINHAMENTO COM PAC



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Porto Velho
Gerência Administrativa – GAD

Uma vez que não há Plano de Contratação Atual vigente no momento, não existe alinhamento da aquisição pretendida com PAC.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Nenhuma providência a ser tomada além daquelas de ofício dos setores administrativos, em especial DCPA (Divisão de Controle Patrimonial e Almoxarifado)

IMPACTOS AMBIENTAIS

Além das iniciativas que presumivelmente serão tomadas pelas entidades existentes na linha de produção dos itens a serem adquiridos, levando-se em conta a legislação ambiental vigente, não há expectativa de ações de mitigação de impactos ambientais existentes no destino final destes mesmos itens.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando os tópicos acima, o corpo técnico responsável considera a contratação viável.

MARCELO RODRIGO LIMA GADELHA
Técnico Administrativo – Matrícula 085022-01

ANDRESSA MARQUES MONTE
Gerente Administrativa
Decreto nº 238/2025-CMPV

Porto Velho, RO - 27 de maio de 2025



Assinado por **Andressa Marques Monte** - Gerente Administrativa - Em: 27/05/2025, 13:47:49



Assinado por **Marcelo Rodrigo Lima Gadelha** - Técnico Administrativo - Em: 27/05/2025, 13:10:41